

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 766, DE 04 DE JANEIRO DE 2017

Institui o Programa de Regularização Tributária
junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

EMENDA ADITIVA Nº

Altere-se o artigo 5º da Medida Provisória nº 766, de 04 de janeiro de 2017, que
passa a vigorar com a seguinte redação:

.....

Art. 5º Os débitos incluídos no PRT acarretam na desistência automática das
impugnações ou dos recursos administrativos e das ações judiciais que tenham por
objeto os débitos que serão quitados e, igualmente, na renúncia a quaisquer alegações
de direito sobre as quais se fundem as referidas impugnações e recursos ou ações
judiciais.

.....

JUSTIFICAÇÃO

A respectiva norma, do modo como redigida originalmente é apenas mais um procedimento
burocrático que causa mais prejuízos ao contribuinte e ao próprio fisco.

O procedimento, em vista da modificação da norma permite que a desistência seja informada pelo
própria União, seja através da SRF nos processos administrativos ou pela PGFN nos processos judiciais,
uma vez que se constate a adesão do contribuinte pelo sistema.

Tal procedimento, embora mantenha as impugnações, recursos e ações ativas até a data da
consolidação, concedendo ao contribuinte maior acesso ao direito à ampla defesa e contraditório, já que
seu pleito pode ser julgado procedente até a data da consolidação.

Entretanto no momento da consolidação, os próprios entes da União podem informar em seus
processos a desistência do contribuinte mediante a inclusão do respectivo débito no PRT.

Por todo exposto, entendemos relevantes os objetivos da presente emenda e contamos com o
apoio dos nobres Pares para aprovação.

Sala das Comissões, de fevereiro de 2017

Deputada GORETE PEREIRA



CD/17300.17603-03